

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.715 - SP (2019/0299256-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCIANO PEREIRA DE ANDRADE - SP241228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANILO GARCIA BRAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 9000211-56.2019.8.26.0602, em que **foi mantido o cálculo de liquidação de penas cujo termo *a quo* para progressão ao regime aberto é a data do efetivo deferimento da benesse.**

Alega a defesa que "resta extreme de dúvidas que o paciente, sob duplo enfoque quais sejam, jurídico e político, faz jus à retificação do cálculo de penas de modo a ter por termo inicial a data do preenchimento do lapso temporal, cuja incidência da base de cálculo corresponderá ao saldo de pena a cumprir" (fl. 14).

Decido.

A respeito do tema, urge consignar que este Superior Tribunal é firme em assinalar que **a data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos objetivo e subjetivo do art. 112 da Lei de Execução Penal.**

Prevalece o entendimento já adotado pelo Supremo Tribunal, de que a **decisão que defere a progressão de regime é declaratória**, e não constitutiva. Não se pode desconsiderar, em prejuízo do sentenciado, o período em que permaneceu cumprindo pena enquanto o Judiciário analisava seu requerimento de progressão.

Ilustrativamente:

[...] A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, acompanhando o posicionamento adotado pela Suprema Corte no HC n. 115.254, Relator o Ministro Gilmar Mendes, modificou seu entendimento no sentido

Superior Tribunal de Justiça

de que, nos casos em que houver excesso de prazo na apreciação do pedido de progressão de regime prisional, a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2016) [...] (**HC n. 449.221/RJ**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 29/6/2018).

[...]

3. Flagrante ilegalidade. A data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das execuções deferiu o benefício.

4. Agravo regimental improvido. Ordem concedida de ofício a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para considerar a data-base para progressão de regime a data de implementação dos requisitos [...] (**AgRg no REsp n. 1721008/SP**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 6/6/2018).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem** para determinar que o Juízo de primeiro grau reaprecie o pleito de progressão de regime, considerando como termo *a quo* para o preenchimento do requisito objetivo a data em que o apenado atingiu o requisito temporal para a progressão ao regime semiaberto.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**